



Revista de Educação e Pesquisa em
Contabilidade
E-ISSN: 1981-8610
repeccfc@gmail.com
Academia Brasileira de Ciências
Contábeis
Brasil

Pires de Araújo, Márcio; de Castro, Públia Eugênia; Gayger Amaro, Rodrigo; Ribeiro
Filho, José Francisco; Teixeira Lagioia, Umbelina Cravo
**UMA CONTRIBUIÇÃO À AVALIAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL 36 ANOS DEPOIS: UMA
REFLEXÃO EM TORNO DO PENSAMENTO DO PROFESSOR ELISEU MARTINS**
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, vol. 2, núm. 2, mayo-agosto, 2008,
pp. 95-100
Academia Brasileira de Ciências Contábeis
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441642764007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

RESENHA:

**UMA CONTRIBUIÇÃO À AVALIAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL
36 ANOS DEPOIS: UMA REFLEXÃO EM TORNO DO PENSAMENTO
DO PROFESSOR ELISEU MARTINS**

**A CONTRIBUTION TO THE INTANGIBLE ASSET'S EVALUATION 36 YEARS
AFTER: A REFLECTION ON PROFESSOR ELISEU MARTINS' THOUGHT**

**UNA CONTRIBUCIÓN A LA EVALUACIÓN DEL ACTIVO INTANGIBLE
36 AÑOS DESPUÉS: UNA PONDERACIÓN EN TORNO AL PENSAMIENTO
DEL MAESTRO ELISEU MARTINS**

MÁRCIO PIRES DE ARAÚJO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

mapiara@hotmail.com

PUBLIO EUGÊNIO DE CASTRO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Publio47@hotmail.com

RODRIGO GAYGER AMARO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

roamaro@hotmail.com

JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO FILHO

Doutorado em Controladoria e Contabilidade - Universidade de São Paulo, USP.

Mestrado Em Ciências Contábeis - Fundação Getúlio Vargas, FGV-RJ.

francisco.ribeiro@pq.cnpq.br

UMBELINA CRAVO TEIXEIRA LAGIOIA

Doutorado em Administração - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

umbelina@pq.cnpq.br

Esta resenha percorre o caminho teórico desenvolvido por Martins (1972) em sua tese de doutoramento. O autor analisa a evolução da teoria contábil a partir de uma discussão crítica, da desconstrução dos conceitos contábeis e do papel da contabilidade vigente na época, discutindo como a contabilidade pode se utilizar dos critérios subjetivos, como fazem a Administração e a Economia para representar contabilmente o verdadeiro valor do patrimônio da entidade, melhorando o significado das informações produzidas.

Diante do problema da mensuração do ativo intangível, outras áreas do conhecimento se propuseram, à luz de sua própria teoria, entender este fenômeno. Segundo Kayo et al., (2006) os ativos intangíveis têm sido fruto de estudos na área de estratégia e, nesses estudos, os intangíveis são tratados efetivamente como recursos, sinalizando para uma relação de transdisciplinaridade entre as ciências. Segundo Motta (2006), o contexto social e científico influencia nas teorias que surgem ao longo da história. Motta (2006) se utiliza da teoria geral dos sistemas abertos de Bertalanffy (1954) para problematizar e explicar esse fenômeno da integração natural que parece acontecer entre as ciências.

Entende-se a tese de Martins (1972) como um marco na contabilidade brasileira pela contribuição no estudo da Teoria da Contabilidade. É imprescindível realizar a reconstituição histórica a partir da qual o autor desenvolve incursões sobre o pensamento contábil internacional da época e sobre sua visão de futuro da contabilidade como ciência social aplicada.

Entender o caminho que percorre uma teoria até ser aceita pela comunidade acadêmica e pela sociedade é um campo de estudo relevante para a contabilidade, com a finalidade consolidar o seu potencial informativo, de forma proativa e com capacidade de lidar com as questões relativas ao valor econômico dos ativos.

A pesquisa de Martins (1972) é uma reflexão no sentido de que o conhecimento contábil se desenvolva a partir de uma ótica crítica e subjetiva, capaz de fornecer informações efetivamente relevantes do ponto de vista do valor econômico dos ativos tangíveis e intangíveis, estabelecendo uma profunda discussão na teoria da contabilidade.

O método dedutivo de análise é utilizado pelo autor, associado a uma profunda revisão da literatura nacional e internacional, bem como das documentações reguladoras da contabilidade na década de 70.

Martins (1972) desenvolve afirmações quanto ao papel acessório da contabilidade, utilizada como “instrumento da administração colaborando no Planejamento, Execução, Controle e Avaliação na prospecção do futuro”. Constata também a dificuldade de melhoria dos relatórios contábeis (Balanço e Demonstração de Resultados) para responder sobre as diferenças encontradas entre os valores apresentados nesses documentos e a sua valoração do ponto de vista econômico.

No Capítulo 1, Martins discorre sobre os conceitos de Custo Histórico, Histórico Corrigido, Corrente e Corrente Corrigido, apresentados de modo a evidenciar suas diferenças, apontando para a necessidade de utilização de procedimentos de avaliação con-

tábil que refletam de modo mais exato o resultado de uma transação comercial. Da análise da teoria do custo corrente são apresentados diferentes resultados de lucro e conclui que o Custo Histórico só reconhece o lucro quando este for realizado e o Custo Corrente já reconhece o lucro antes de ser realizado. Embora Martins (1972) chegue à conclusão de que o Custo Corrente possui uma maior capacidade informativa, ele não propõe extinção do custo histórico. Ele leva em consideração que uma ruptura abrupta com os marcos da contabilidade não é uma tarefa simplória.

No Capítulo 2, Martins (1972) inicia seu pensamento apresentando o conceito conservador e tradicionalista de Ativo, no qual apenas são considerados como Ativos aqueles oriundos de um esforço financeiro para adquiri-lo, criticando dessa forma, o pensamento de autores como Anthony e compartilhando com as idéias de Hendriksen, Spouse, Moonitz, em que um bem econômico pode ser obtido gratuitamente e ser considerado um Ativo. Outro conceito conservador abordado qualifica o agente como Ativo e, não, o resultado econômico produzido por ele. Ativos são os direitos a futuros resultados econômicos e não apenas o valor do agente que o proporciona. O agente tem importância a partir do resultado econômico que possa produzir. Uma máquina pode ter o seu registro como elemento do ativo, entretanto o que se deve definir como ativo é a sua capacidade de produção ou o benefício gerado.

No Capítulo 3, o autor apresenta como bastante nebulosa a divisão entre ativos tangíveis e intangíveis. A conceituação dos ativos tangíveis e intangíveis, por si só, são insuficientes para uma correta evidenciação do seu valor econômico. Em geral, os ativos tangíveis são avaliados pelos seus valores de entrada, no entanto, o seu potencial de serviços não pode ser avaliado apenas à luz do custo histórico. Em alguns casos, precisa-se levar em conta a variável humana que irá manipular esse ativo. Essa variável em questão nada mais é do que um ativo intangível presente na sinergia gerada pela interação, treinamento, e participação nos objetivos da empresa, deixando claro o limiar existente entre esses tipos de ativos.

Avaliar isoladamente ativos intangíveis se torna mais difícil ainda, tendo em vista a sua característica mais comum: o grau de incerteza existente na avaliação de futuros resultados econômicos. A dificuldade se dá em função da incapacidade prática de se definir os ativos intangíveis. Contabilmente, é preciso responder a questões de existência, identificação e possibilidade de mensuração e ainda se este ativo é adquirido, construído, doado, ou transferido. Alguns autores não definem diretamente ativos intangíveis, mas os exemplificam em forma de marcas, patentes, franquias, fórmulas, direitos autorais (Martins, 1972).

O Capítulo 4 discorre que dentre os ativos intangíveis destaca-se o Goodwill. Sem uma tradução própria para o idioma português, o mesmo é unanimemente reconhecido economicamente como um ativo, no entanto, não identificado e, por consequência, não mensurado.

As primeiras considerações sobre o Goodwill remontam ao ano de 1571 e, a partir de 1891, se inicia uma necessidade de evidenciação contábil e econômica do mesmo. Para

o autor, o Goodwill é o fato originador dessa tese e neste se atém como uma forma de evidenciar o valor econômico dos ativos intangíveis nos relatórios contábeis.

Em busca de uma forma de evidenciação, depara-se com três concepções diferentes sobre o Goodwill. A primeira considera o Goodwill como um valor atual dos “superlucros”. A segunda considera o Goodwill como existente em função da falta de registro e mensuração de alguns itens do ativo. Finalmente a terceira trata o Goodwill como *“master valuation accountant”*, ou seja, não trata o Goodwill como item específico, mas com uma conta em que pudesse ser lançado o valor excedente de uma avaliação econômica. Desprezando as concepções descritas, uma vez que estão baseadas em fundamentos inconsistentes, o autor imagina um modelo ideal, no qual o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Lucros e Perdas evidenciasse, em termos estritamente econômicos, o valor correto dos ativos da empresa. Dessa forma, as receitas seriam evidenciadas pelo valor econômico e as despesas pelo do ativo entregue ou consumido, ou, ainda, do passivo assumido, não existindo mais o Goodwill.

Diante da dificuldade prática, o autor se propõe a apresentar um modelo de evidenciação, ainda paliativo, no qual o valor do ativo total seria mensurado de uma maneira e os seus componentes de outra. Cada item do ativo seria medido pelo seu custo corrente, mas o ativo total evidenciaria o valor econômico total desse grupo. Por extensão, a mesma metodologia seria aplicada ao Passivo e ao Patrimônio Líquido. Dessa forma, surgiria uma nova conta no balanço patrimonial denominada Goodwill. Se for o caso, contas de ajustes apareceriam no Passivo e no Patrimônio Líquido, denominadas, respectivamente, Passivo Econômico e Patrimônio Líquido Econômico.

O autor apresenta um modelo cujo objetivo é a evidenciação econômica do potencial dos ativos em gerar benefícios, mesmo considerando que este não é o modelo ideal. As dificuldades práticas para o alcance de um modelo ideal estão relacionadas com as limitações que a própria contabilidade encontra em satisfazer corretamente as necessidades dos usuários. Esse modelo não representa a meta última da contabilidade, mas, sim, uma tentativa de aproximação desta com a Administração e a Economia.

Martins (1972) desenvolve uma estratégia de argumentação em que, antes de trabalhar as perspectivas futuras da contabilidade, apresenta a condição da contabilidade como “coletrora de dados a serviço da administração” e, a partir de então, ao longo de sua argumentação, apresenta propostas para uma contabilidade subjetiva, cheia de sofisticações e incompatíveis com a lógica pragmática com que era tratada até então no Brasil.

Para fundamentar sua visão o autor transita pela escola americana e italiana da contabilidade, utilizando o que de cada uma delas, a seu ver, fornece de base teórica para a sustentação da sua tese. As informações contábeis não podem ser mais friamente monetarizadas. Elas devem simbolizar algo mais próximo da realidade econômica real. Guerreiro, Frezatti e Casado (2006) alertam sobre o pouco impacto da pesquisa contábil nas empresas e a grande distância existente entre o que é teoria e o que é prática.

Daí afirmar-se comumente o motivo da existência de duas contabilidades: uma para a tomada de decisão, na qual os gestores determinam os critérios de mensuração muitas vezes subjetivos; e a outra voltada para o cumprimento da norma.

Além da abordagem de conceitos teóricos sobre o papel da contabilidade e do contador, sua análise parte do desejo de contribuir com a construção de uma ciência que se aproxime¹ das ciências econômicas e administrativas em seu caráter preditivo, e que transite de forma interdisciplinar com outras ciências na perspectiva de se desenvolver construtos capazes de explicar os fenômenos contábeis.

Observa-se uma relação de similaridade com três das funções da Administração definidas por Drucker (1964): Definir Objetivos; Comunicar; Mensurar (Medir/Avaliar/Controlar), o que leva a refletir sobre qual é o real limite entre as essas ciências.

No momento histórico no qual Martins (1972) produziu sua tese, a realidade do profissional contábil era outra. Sobrecarregado e em meio a uma enorme gama de atividades rotineiras e dispendiosas do ponto de vista operacional, não conseguia a flexibilidade necessária à intervenção nos processos de decisão, restringindo-se obrigatoriamente ao fornecimento de informações. Os avanços desenvolvidos nas diversas áreas de conhecimento, em especial, na tecnologia da informação proporcionaram um novo tipo de socialização em todas as dimensões da vida humana, na família, no trabalho, no estado, no mundo empresarial e na ciência. Essas mudanças são reflexos de uma mesma razão: a nova dinâmica de reprodução social.

Para Castells (1999), a estrutura social do capitalismo, antes calcada no modo de desenvolvimento industrial, agora se materializa sobre o modo de desenvolvimento informacional, caracterizado por redes de empresas, pelo Estado empreendedor, por novas ferramentas tecnológicas (softwares adaptáveis e auto-evolutivos) e por uma concorrência global. Nesse sentido as informações são produzidas com facilidade e velocidade próprias do atual modo de desenvolvimento, que desloca o contador das suas atividades operacionais.

Para Moreira, Riccio e Sakata (2007), os países e as pessoas estão cada vez mais interligados através da internet por uma relação de colaboração ou de dependência; argumentam que a globalização é responsável pela padronização dos processos de gestão e controle empresarial. Assim “determinados padrões de atuação e de infra-estrutura tecnológica são replicados em diversas localidades.” (Moreira, Riccio e Sakata, 2007, p. 770).

A Teoria da Contabilidade está sujeita à influência dos mais diversos elementos sociais, políticos e científicos e deve “beber” em outras áreas de conhecimento na perspectiva de fundamentar teoricamente seus construtos, utilizando-se da transdisciplinaridade inerente às ciências sociais aplicadas.

A edição da Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei nº 6.404/76, leva a uma reflexão sobre o poder de discussão da Teoria da Contabilidade e sua institucionalização ao longo

1 Entendemos que neste ponto o autor usa da sutileza necessária ao convencimento acerca do seu ponto de vista, ato necessário devido ao fato de a sua posição ser progressista para a época.

do tempo, uma vez que a Lei sinaliza para a contabilização dos ativos intangíveis e materializa em forma de norma uma discussão teórica que acontece no Brasil desde a década de 1970. O pensamento do professor Eliseu Martins em 1972, ao caracterizar uma perspectiva bastante arrojada para conceituar o ativo em geral – o ativo intangível em particular e o lucro –, funciona, hoje, como um acionador cognitivo relevante, apontando para um papel emancipatório para a Teoria da Contabilidade, que é extrapolar os limites impostos pela tradição epistemológica e legalista hegemônica que reproduz um viés simplificador da essência da contabilidade. O atual processo de convergência, no Brasil, com as Normas Internacionais de Contabilidade cobrará essa postura.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede, A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura.** – volume 1. - 9. ed. - São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Pratica de administração de empresas.** 2. ed. - Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 2v. - ((Biblioteca do homem moderno))

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO. T. Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da Psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo: FIPECAFI, edição comemorativa p.7-21, setembro 2006.

KAYO, Eduardo Kazuo, et al. **Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor.** v.10, nº 3, jul./set. 2006.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível.** São Paulo, 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MOREIRA, Orandi.; RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici C. Gramacho. A comunicação de informações nas instituições públicas e privadas: o caso XBRL – eXtensible Business Report Language no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 04, 769-84 julho/agosto 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n4/a07v41n4.pdf>>. Acesso em: 19/01/2008.

MOTTA, Fernando C. Prestes.; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração** - 2. ed. - São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.